

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO: O ATENDIMENTO DA
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN EM SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Bolsista: Aline Souza de Almeida – FAPEAM

MANAUS – AM
2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ- REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO A PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL: PIB-SA/ 0045/2011

ATENDIMENTO EDUCACIONAL INCLUSIVO: O ATENDIMENTO DA
CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN EM SALAS DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Bolsista: Aline Souza de Almeida – FAPEAM
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Almerinda de Souza Matos

MANAUS – AM
2012

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas e aos seus autores. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas.

RESUMO

Este relatório traz uma breve reflexão sobre o Atendimento Educacional Especializado oferecido pela Rede Municipal de Manaus. Trata-se de resultados obtidos através do PIB-SA/0045/ 2011, cujo objetivo principal foi investigar o número de crianças e o tipo de atendimento recebido pelas crianças com síndrome de Down na Rede Municipal de Manaus. Como objetivos específicos deste trabalho temos a identificação da formação profissional dos professores que atuam junto às crianças com Síndrome de Down e o conhecimento da forma com que se trabalha o desenvolvimento motor, cognitivo, social, de fala e da linguagem de todas elas, destacando o atendimento prestado à atenção dirigida. O trabalho foi marcado por momentos enriquecedores, como o processo de aprofundamento teórico metodológico da área da pesquisa, a investigação, as visitas realizadas à Secretaria Municipal de Educação e à Gerência de Educação Especial de Manaus, a construção do questionário e a aplicação do mesmo com os professores que atuam nas Salas de Recursos Multifuncionais, seguido da análise dos dados. Através da análise dos dados foi possível chegar aos principais resultados desta pesquisa: de 453 escolas existentes na cidade de Manaus, há apenas 30 escolas com Salas de Recursos Multifuncionais realizando o Atendimento Educacional Especializado, 429 alunos com deficiências diversas são atendidos, divididos em 57 turmas. Devido a falta de suporte, preparação especializada e poucos recursos educacionais, as escolas não conseguem garantir o sucesso e a permanência dos alunos com deficiência. Embora as dificuldades da pesquisa, a experiência nos conduziu à reflexão de que para a inserção dos alunos com Síndrome de Down nas escolas regulares seja realizada, faz-se necessário a capacitação dos profissionais da educação, para estabelecer um convívio mais humano e sensível na relação professor e aluno com o intuito de respeitar as diferenças e valorizar o indivíduo, e também o estudo e a pesquisa sobre a inclusão, pois ela envolve dimensões éticas, políticas, educacionais e sociais, visando assim uma sociedade solidária, justa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Síndrome de Down; Inclusão Escolar; Atendimento Educacional Especializado; Formação de professor; Sala de Recursos Multifuncionais.

ABSTRACT

This report brings a brief reflection about the Specialized Educational Services offered by Manaus' Municipal Net. It is about the results obtained through the PIB-SA/0045/2011, whose the main objective was explore the number of children and the kind of service received by children with Down Syndrome at Manaus' Municipal Net. We have as specific objectives the identification of professional training of teachers who work with kids that have Down Syndrome and the knowledge of the way that people work with motor, cognitive, social, speech and language development of all them, highlighting the service provided to directed attention. This work was marked for enriching moments as the process of methodological theoretical deepening of research area, investigation, visits done at Municipal Secretary of Education and at Management of Special Education of Manaus, creation of the questionnaire and the application of this same questionnaire with the teachers that work at Multifunctional Resource class, followed for the data analysis. Through the data analysis was possible to get to the main results of this research: from 453 schools at Manaus city, there are only 30 schools with Multifunctional Resources Rooms performing Specialized Educational Treatment, 429 students with various disabilities are treat, divided into 57 classes . Due to lack of support, specialized training and few educational resources, schools can not guarantee success and retention of students with disabilities. Although the difficulties of research, the experience led us to a reflection that it is needed the capacity of educational professionals to insert the students with Down Syndrome at the regular schools and establish a normal and sensitive living together in the relation among teacher and students order to respect the differences and value the individual, and also the study and research about the inclusion, because it involves ethical, political, educational and social dimensions, aiming a caring, fair and democratic society.

KEYWORDS: Down Syndrome; School Inclusion; Specialized Educational Service; Teachers Training; Multifunctional Resource class.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	8
1- FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	8
1.1- FORMAÇÃO DE PROFESSORES	8
1.2- POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	10
1.3- CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SÍNDROME DE DOWN	13
2 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA O DEFICIENTE INTELECTUAL	15
2.1- SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	17
DESCRIÇÃO METODOLÓGICA	20
RESULTADOS FINAIS E DISCUSSÃO	22
NÚMERO DE CRIANÇAS E O TIPO DE ATENDIMENTO RECEBIDO PELAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS	23
FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES QUE ATUAM JUNTO ÀS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN	25
FORMA EM QUE É TRABALHADO O DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO, SOCIAL, DE FALA E DA LINGUAGEM, DESTACANDO O ATENDIMENTO PRESTADO A ATENÇÃO DIRIGIDA.	27
CONCLUSÃO	29
CRONOGRAMA.....	30
REFERÊNCIAS	32
ANEXOS	35

INTRODUÇÃO

Vivencia-se um momento de forte movimento em direção à construção de Políticas Públicas inclusivas que buscam eliminar a discriminação e fazer valer o direito de que todos devem ter acesso a uma educação de qualidade e ter suas diferenças respeitadas.

A Educação Inclusiva acredita que todas as crianças com necessidades educacionais especiais podem aprender, fazer parte da vida escolar e comunitária. Valorizando assim a diversidade, pois essa tem como foco fortalecer a classe, proporcionando a todos amplas oportunidades para a aprendizagem. Infelizmente os preconceitos, antigos valores, verdades ultrapassadas, atitudes e paradigmas conservadores da educação ainda ocultam o verdadeiro sentido da inclusão escolar.

Com a finalidade de investigar o número de educandos e o tipo de atendimento recebido pelas crianças com Síndrome de Down, nas escolas regulares vinculadas á Rede de Ensino em Manaus, esse estudo foi realizado envolvendo princípios norteadores do direito a todo e qualquer individuo ao convívio educacional com outros indivíduos. As verificações de identificação no contexto local são de suma importância para promover ações em prol do desenvolvimento das potencialidades nos aspectos motor, cognitivo e social.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado na Sala de Recursos Multifuncionais vem atender a necessidade de prover condições de acessibilidade, participação e aprendizagem para os educandos com Síndrome de Down (não somente eles, mas de todos que dele necessite) matriculados nas salas comuns da rede regular de ensino.

O Decreto nº 6.571/2008 determina como objetivos do AEE:

1. Promover condições de acesso, participação e aprendizagem no Ensino Regular aos alunos com necessidades educacionais especiais;
2. Garantir a transversalidade das ações da educação especializada no Ensino Regular;
3. Fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

Fica claro que a simples inserção da criança com Síndrome de Down no Ensino Regular não é garantia de inclusão. Como destaca FOREST & PEARPOINT (1997, p. 138):

“Inclusão não se trata apenas de colocar uma criança deficiente em uma sala de aula ou em uma escola. Esta é apenas a menor peça do quebra-cabeça. Inclusão trata, sim, de como nós lidamos com a diversidade, como lidamos com a diferença, como lidamos (ou como evitamos lidar) com a nossa moralidade”.

Assegurar igualdade de oportunidade para todos é um preceito que, muitas vezes, não é aplicado nem mesmo aos indivíduos normais. Por isso, há a necessidade de prover recursos para permitir que os direitos humanos sejam, de fato, respeitados. O Marco de Ação de Dakar (2000, p.8), em consenso com os governantes, reconhece que:

Todas as crianças, jovens e adultos, em sua condição de seres humanos, têm direito de beneficiar-se de uma educação que satisfaça as suas necessidades básicas de aprendizagem, na acepção mais nobre e mais plena do termo, uma educação orientada a explorar os talentos e capacidades de cada pessoa desenvolver a personalidade do educando, com o objetivo de que melhore sua vida e transforme a sociedade.

É notória uma postura desafiadora para a educação inclusiva de crianças com necessidades educacionais especiais que indica a educação num pensar crítico a se posicionar na nova conjuntura que a ela foi delineada. E proporcionando a realização de estudos analíticos pertinentes ao caminho da inclusão que será voltada a investigação da atuação dos docentes nas Salas de Recursos Multifuncionais com os alunos com Síndrome de Down nas instituições de ensinos inclusivos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1- FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA EDUCAÇÃO DAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

1.1- FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O professor deve estar constantemente aperfeiçoando sua formação. Entende-se que até a sala de aula pode ser transformada em um laboratório recheado de atualizações, onde o professor é colocado diariamente à frente de situações e dificuldades que, quando identificadas, podem ser aproveitadas para traçar objetos de estudo, e assim partir para uma capacitação continuada. Como destaca Martins (2008, p. 23), ao dizer que:

Já se reconhece que não existe criança ineducável. Assim, quando – aparentemente – uma criança não consegue aprender, os educadores devem buscar conhecê-la mais de perto, analisar e mudar as suas próprias atitudes, as suas estratégias de ensino, até que obtenham êxito na tarefa que se propõem.

É fundamental conhecer bem os alunos e buscar, por meio de pesquisas e teorias, formas e meios que levem a resolver os problemas e as dificuldades da turma. É essencial que o professor construa um ambiente em que os educandos confrontem pontos de vista e revejam opiniões.

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares tem ocasionado rupturas na atuação profissional dos educadores, fazendo com que eles saiam em busca de novas estratégias e planos de ensino, o que leva a pensar sobre a importância da formação continuada dos profissionais da educação. Dois autores muito importantes nos falam em um dos seus livros que “esta nova função da Educação Especial muda muita coisa, principalmente, a formação dos professores especializados, que precisa ser urgentemente revista e adequada ao que esse deve conhecer para desenvolver práticas educacionais próprias do atendimento educacional especializado” (BATISTA& MANTOAN 2005, p. 26).

Quando se ouve algum relato sobre uma professora que disse “não quero essa criança na minha sala”, podem-se pensar várias coisas. A primeira, com certeza, é ver a recusa como uma má vontade, negação a colaboração, rejeição e medo. Outra interpretação para o caso é a desqualificação da professora, talvez até quisesse contribuir no processo de aprendizagem, almejando assim o sucesso do educando, mas não se sentiu capaz de realizar tal tarefa.

Muitas das vezes, como fala Mitller (2000 – apud Mantoan, 2003, p. 21):

Os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

Promover a formação continuada aos professores é uma das diretrizes fundamentais de um sistema educacional inclusivo, e esta merece a devida atenção. Os professores responsáveis pelo atendimento escolar devem ser preparados e informados sobre as dificuldades e potencialidades dos alunos, com necessidades educacionais especiais, que irão receber.

Segundo Sartoretto (2009, p. 79):

O argumento do despreparo dos professores não pode continuar sendo *álibi* para impedir a inclusão escolar de pessoas com deficiências. Se não estamos preparados, precisamos urgentemente nos preparar. E uma verdadeira preparação começa com a possibilidade e pelo desafio de acolher as diferenças na sala de aula e pela busca de novas respostas educacionais.

O cotidiano escolar exige que o professor seja capaz de se organizar levando em consideração a diversidade dos alunos com quem trabalha. Logo, faz-se necessário que o professor redimensione seu sistema de crenças e valores, repense sua concepção de educação e que faça a substituição do ensino tradicional por uma pedagogia que atenda a essa diversidade. Logo, para que atendam a esse quesito, Batista e Mantoan (2005, p. 09) postulam que:

Os professores que atuam no atendimento educacional especializado, além da formação básica em Pedagogia, devem ter uma formação específica para atuar com

a deficiência a que se propõe atender. Assim como o atendimento educacional especializado, os professores não substituem as funções dos professores responsáveis pela sala de aula das escolas comuns que têm alunos incluídos.

Cabe ressaltar, que não é somente o professor o responsável por esse processo. O movimento educacional inclusivo é bem claro ao dizer que a escola e sua comunidade são os responsáveis pelo processo de aprendizagem de todos os educandos, isso inclui educadores, técnicos, gestores, funcionários, pais e os próprios educandos. Cada um, dentro de suas responsabilidades, deve contribuir para o bom desenvolvimento do processo educativo e inclusivo.

1.2- POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No Brasil, a partir de decretos, resoluções e leis, o Conselho Nacional de Educação vem instituindo ações básicas para a implementação das propostas da educação inclusiva. Essas ações governamentais buscam estratégias efetivas para a garantia de ações em nível Federal, estadual e municipal e visam constituir políticas públicas para promover uma educação de qualidade para todos os alunos.

Além disso, o Brasil, enquanto membro da Organização das Nações Unidas (ONU) é signatário dos documentos produzidos pela Assembleia Geral da mesma e reconhece seus conteúdos e procura respeitá-los na elaboração das políticas públicas internas.

A construção da Educação Inclusiva deu-se início em 1948 com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, não que ela tenha um tópico sobre educação especial ou sobre pessoas com deficiência, mas porque ela reconhece que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos... (Art.1º),... sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou qualquer outra situação” (Art. 2º). Proclama também que “todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei” (Art.7º.) e que “toda a pessoa tem direito à educação” (Art. 26º, item 1).

Esta Declaração garante às pessoas com deficiência os mesmos direitos à liberdade, a uma vida com respeito e dignidade, a educação, ao desenvolvimento pleno, tanto pessoal como social e a sua interação na comunidade em que vive.

Em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil assumiu os mesmos princípios propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos ao assumir o princípio da igualdade como pilar fundamental de uma sociedade democrática justa. “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantido-se aos brasileiros e aos estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”(art.5º).

Na Conferência Mundial de Educação para Todos, na Tailândia em 1990, foi proclamada a Declaração de Jomtien, onde os países relembram que “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro” e entendem que a educação é fundamental para o desenvolvimento das pessoas e das sociedades em que vivem.

No Brasil, em 1990, foi promulgada o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069. Estabelece que:

- “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Art.53º).

O Art. 54º diz que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”:

- II. Atendimento Educacional Especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em Junho de 1994, a UNESCO realiza a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Onde é determinada como objeto de discussão a atenção educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais. Os países participantes firmam então a Declaração de Salamanca.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), que em seu capítulo V, dedicado a Educação Especial, nos artigos 58, 59 e 60 nos prescrevem que a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, preconizando a convivência plena com outros indivíduos e que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades.

Com a Convenção da Guatemala, em 1999, Os países reafirmam que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos que outras pessoas e que esses direitos emanam da dignidade e da igualdade. E que não devem ser submetidos à discriminação com base na deficiência que possuem. No seu artigo I, é definido que o termo deficiência “significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma

ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”.

No mesmo ano, no Brasil, é firmada a Política Nacional para a integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Decreto Nº 3.298. O Decreto estabelece a matrícula de pessoas com deficiência em cursos regulares. Considera a Educação Especial como modalidade de educação escolar e que é oferta obrigatória e gratuita (Art.24º, I, II, IV).

Em 2001 foi criado o Plano Nacional de Educação, que fala sobre os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais e da formação inicial e continuada dos professores para atender às necessidades dos alunos.

Houve também, a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas com Deficiência, em outubro, onde o Brasil se compromete a eliminar a discriminação no país, através de medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, entre outros.

Com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB nº02/2001) o país se compromete com a construção de condições para o bom atendimento às diversidades de seus alunos.

Desde então outras leis e resoluções foram criadas com o intuito de solidificar formas em que as diferenças sociais, culturais, físicas e emocionais sejam valorizadas e que as necessidades educacionais de cada aluno sejam supridas.

O Ministério da Educação apresenta, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. O documento é configurado como uma ação política, cultural, social e pedagógica em defesa do direito de todos a uma educação de qualidade e da organização de um sistema educacional inclusivo. Ela conjuga igualdade e diferença de valores indissociáveis.

Quando se depara com a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser reorganizada e repensada. O que implica uma mudança estrutural e cultural na escola para que ela possa atender as necessidades de todos os alunos e que eles venham ter suas especificidades atendidas e seus direitos respeitados. Tendo em mente que “se a Constituição de 1988 assegura a todos o direito à educação, isso quer dizer que não há mais espaço para escolas segregadas e excludentes nas redes de ensino” (MACHADO, 2009, p.76).

1.3- CONCEITUAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA SÍNDROME DE DOWN

Em Manaus, com o levantamento dos alunos inclusos na rede regular de ensino, diante do quadro de deficiências diversas, a maioria dos educandos tem deficiência intelectual. Esses são caracterizados por um desempenho intelectual consideravelmente abaixo da média. O desenvolvimento mental dessas pessoas não segue o mesmo ritmo de seu crescimento físico, gerando assim um desequilíbrio. Mas isso não os impede de serem vistos como seres capazes de construir seu conhecimento e interação com o meio, conforme os demais alunos.

A síndrome mais conhecida entre as pessoas com Deficiência Intelectual é a Síndrome de Down (SD), e em função das particularidades dessa deficiência, com relação ao processo de aprendizagem e sua recorrência no sistema público de ensino, que esse estudo foi direcionado a essas pessoas.

Segundo Moreno (1996, p.26), é chamada de “Síndrome porque eles têm um conjunto de características semelhantes entre si, e Down é uma homenagem ao médico Jonh Longdon Down, que foi o primeiro a identificar a síndrome” em 1866. Naquele tempo ele (Jonh L. Down) achou que as crianças com SD eram parecidas com os habitantes da Mongólia, daí surgiu o termo “mongolóide/ mongol”.

Em 1959, Jérôme Lejeune descobriu que a causa da síndrome era genética, então conhecida como Trissomia 21, que é causada pela existência de três cromossomos 21, um a mais que o normal. Já que o número de cromossomos presentes na célula do ser humano é 46, sendo que 23 são do pai e 23 são da mãe, o que totaliza 23 pares. Na Síndrome de Down, ocorre um erro na distribuição e as células recebem 47 cromossomos e este a mais se liga ao par 21.

É uma síndrome que pode atingir qualquer um, não importando a raça, etnia ou classe social. Todos estão propensos a passar por isso. Ela é diagnosticada logo após o nascimento, mas como ressalta Carneiro (2008, p.63), “algumas alterações fenotípicas podem ser observadas por meio de exame de ultra-sonografia. Porém, o diagnóstico preciso da Síndrome de Down é confirmado com o estudo cromossômico, por meio de um exame conhecido como cariógrama”.

Schwartzman (1999) salienta que a cada seiscentos partos nasce uma criança com Síndrome de Down. Entretanto, Mardomingo (1995) apud (Martins, 2008, p.32) “situa essa frequência em 1 para cada 800 a 1.000 crianças nascidas vivas em todo o mundo, calculando que nascem cerca de 150.000 crianças por ano”. Pode ser hereditário, mas as chances são maiores quando as mulheres

com idade avançada ficam grávidas, o que pode ser observado no quadro abaixo:

IDADE MATERNA	NASCIMENTOS
15 – 19 anos	1/1250
20 – 24 anos	1/1400
25 – 29 anos	1/1100
30 – 31 anos	1/900
32 anos	1/750
33 anos	1/625
34 anos	1/500
35 anos	1/350
36 anos	1/275
37 anos	1/225
38 anos	1/175
39 anos	1/140
40 anos	1/100
41 anos	1/85
42 anos	1/65
43 anos	1/50
44 anos – 45 ou +	1/40 – 1/20

Quadro 1 – Relação entre idade de mulheres e estatística de nascimentos de criança com Síndrome de Down
 FONTE: <http://www.medcenter.com/medscape/content.aspx?id=527&langtype=1046> , 2011.

A aparência física das crianças com SD são muito particulares e específicas, mesmo que não sejam todas iguais, mas possuem semelhanças entre si. Seus sinais mais característicos são:

- Face arredondada e achatada;
- Olhos oblíquos;
- Prega palmar única;
- Língua protusa e curta;
- Mãos curtas e alargadas;
- Orelhas pequenas e mal implantadas;
- Ponte nasal achatada;

- Boca pequena;
- Pés pequenos;
- Pele na nuca em excesso;
- Cabelos finos, relativamente ralos e lisos.

É recomendado aos pais estimular a criança quanto a sua independência, conforme o seu crescimento, deve ser tratada com naturalidade, atenção, amor e respeito. Nesse sentido, Martins (2008, p.46) observa que:

É importante deixar claro que a Síndrome de Down não é uma doença e ninguém pode falar, portanto, que a criança vai sarar com tratamentos específicos. A Síndrome de Down é uma condição de vida do indivíduo, um estado biológico alterado, em decorrência da anormalidade cromossômica. Assim, quem apresenta essa alteração, sempre terá essa síndrome.

As crianças com SD apresentam atrasos em todas as áreas, o desenvolvimento da linguagem é considerado como uma das maiores. Porém, o desenvolvimento é igual ao da criança normal, segue as mesmas etapas, no entanto, não atinge os níveis mais avançados de escolaridade. Por isso, precisam de um currículo pedagógico que respeite suas limitações e necessidades, e de profissionais preparados que tenham uma prática de ensinar adequada às condições deles.

Vale ressaltar que não existem graus de SD, mas a educação, o ambiente familiar e a cultura em que a criança com SD está inserida têm forte influência no seu desenvolvimento, conseguindo assim trabalhar, praticar esportes, viajar, entre outros.

2 – ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS PARA O DEFICIENTE INTELECTUAL

Não podemos negar que alguns alunos, principalmente aqueles que têm certos tipos de deficiência, precisam de cuidado especial para que possam ter pleno acesso à educação. No entanto, tal não pode significar seu confinamento em uma

sala/escola, longe dos demais. Ao contrário, deve-se oferecer subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdos específicos concomitantemente ao ensino comum.

(FÁVERO, 2004, p. 30)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um dos serviços defendidos pela educação especial que “[...] identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (MEC/SEESP, 2008), é voltado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e está fundamentado em uma concepção de “Educação para Todos”.

O AEE é baseado em documentos elaborados em conferências mundiais sobre educação. “Esses documentos norteiam a nova perspectiva educacional de oferecer educação para todos, apontando, muitos deles, a necessidade de reformas no processo de formação do educador que passa a lecionar em turmas formadas por alunos com necessidades educacionais muito diversas” (OLIVEIRA 2009, p. 13).

É previsto na Constituição de 1988 o Atendimento Educacional Especializado (AEE) às pessoas com deficiência. O art. 208, dessa Constituição, aponta que esse atendimento deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino. Também se destacam a LDB 9.394/96, que assegura condições para os educandos com necessidades especiais, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), onde no art. 2º é orientado que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e as escolas devem ser organizadas para receber e prestar atendimento a todos os educandos com necessidades educacionais especiais e assim oferecer uma educação de qualidade para todos.

E recentemente, a Política Nacional de Educação especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), define a Educação especial como modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, disponibilizando, assim, recursos e serviços e o Atendimento Educacional Especializado, “ao romper com a possibilidade de Educação Especial substituir a escola comum, o documento sinaliza a abertura de novos horizontes educacionais” (MANTOAN, 2010, pág.13). E a resolução CNE/CEB Nº4/2009, onde é estabelecido as Diretrizes Operacionais do AEE na Educação Básica.

O AEE tem como objetivo complementar a educação escolar, visando o que é necessário para atender com eficiência as especificidades dos alunos com deficiência, “sem os impedirem de

estar nos ambientes das salas de aula do ensino comum” (MACHADO, 2010, p. 59). Deve ser oferecido em um horário inverso ao da classe comum e ainda existe a possibilidade do aluno receber esse atendimento em outra escola próxima ou em centros especializados em AEE, caso a escola em que ele esteja matriculado ainda não possua uma sala específica para esse fim.

O AEE não deve ser confundido com reforço escolar, pois o mesmo tem funções próprias da Educação Especial. Ele deve, apenas, ser articulado com as propostas da escola comum, mas as suas atividades são diferenciadas.

Mantoan, (2004, p. 42) confirma esse processo ao dizer que:

Esse atendimento é complementar e necessariamente diferente do ensino escolar e destina-se a atender às especificidades dos alunos com deficiência, abrangendo principalmente instrumentos necessários à eliminação das barreiras que as pessoas com deficiência têm para relacionar-se com o ambiente externo [...].”

O Atendimento Educacional Especializado é oferecido em todas as etapas da Educação Básica (Ed. Infantil, Ens. Fundamental e Ens. Médio) e do Ensino Superior. Nessa proposta de ensino não existem paralelamente dois sistemas educacionais: o regular e o especial. Todos devem ser escolarizados nas salas comuns da rede regular de ensino, mas isso não significa que se deve negar a garantia do AEE aos educandos.

O AEE não proporciona às escolas todas as soluções para as dificuldades de aprendizagem, mas sim providencia os instrumentos de acessibilidade ao aprendizado dos educandos com deficiência. É uma oferta obrigatória dos sistemas de ensino, mas cabe aos alunos e pais/responsáveis optar em receber ou não.

2.1- SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF) é um espaço que deve ser organizado, preferencialmente, em escolas comuns da rede regular de ensino para a realização do Atendimento Educacional Especializado. Possuem mobiliário, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para atender alunos que fazem parte da Educação

Especial e oferece a complementação do atendimento educacional realizado em classes do ensino comum no contra turno escolar.

A SRMF foi criada com o intuito de atender as necessidades educacionais especiais de cada educando que dela necessite. Para tanto, faz-se necessário uma nova organização escolar contendo currículos flexíveis, estratégias eficientes, recursos e o apoio da comunidade em geral.

Com base nas Diretrizes Nacionais de Educação Especial para a Educação Básica (2001), esse serviço é de natureza pedagógica e deve ser conduzido por professor especializado, que deve identificar a necessidade do aluno para elaborar um plano de atuação. Ele deverá, também, organizar os atendimentos, selecionar as atividades, controlar a frequência do aluno e a duração de cada atendimento. É importante ressaltar que o plano utilizado deve ser revisado constantemente e atualizado conforme o desenvolvimento do aluno, levando em consideração que cada aluno é único.

Machado (2010, p.62), chama a atenção ao dizer que “o papel do professor do AEE não pode ser confundido com o papel dos profissionais do atendimento clínico. Trata-se de um atendimento educacional, como o próprio nome indica, desenvolvido por professores que atendem as necessidades específicas do público alvo da educação especial”.

Segundo Alves (2006, p.14):

A denominação sala de recursos multifuncionais se refere ao entendimento de que esse espaço pode ser utilizado para o atendimento das diversas necessidades educacionais especiais e para o desenvolvimento das diferentes complementações ou suplementações curriculares.

Uma mesma sala de recursos, bem equipada com diferentes materiais e bem organizada, pode atender diversos alunos com necessidades especiais diferentes em horários distintos e previamente combinado com os pais. Por isso, “essa sala de recursos é multifuncional em virtude de a sua constituição ser flexível para promover os diversos tipos de acessibilidade ao currículo, de acordo com as necessidades de cada contexto educacional” (ALVES, 2006, p.14).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) assegura três grupos de educandos para receber tal atendimento:

- Alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultam o acompanhamento das atividades curriculares: aquelas não

vinculadas a uma causa orgânica específica ou aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências;

- Alunos com dificuldades de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos;
- Alunos que evidenciem altas habilidades/superdotação e que apresentem uma grande dificuldade ou interesse em relação a algum tema ou grande criatividade ou talento específico.

Esses alunos, através do AEE oferecido na Sala de recursos multifuncionais podem encontrar respostas às suas necessidades que muitas vezes não eram atendidas somente com o acompanhamento do sistema de ensino regular. Eles podem ser beneficiados com os recursos disponibilizados e por meio de ajudas técnicas e de tecnologias assistivas e também com a abordagem pedagógica que possibilita o acesso ao currículo escolar.

Há dois tipos de Sala de Recursos Multifuncionais. Organizam-se da seguinte forma:

TIPO I	
<p>EQUIPAMENTOS:</p> <p>02 Microcomputadores 01 Lap top 01 Estabilizador 01 Scanner 01 Impressora laser 01 Teclado e colméia 01 Acionador de pressão 01 Mouse com entrada para acionador 01 lupa eletrônica</p> <p>MOBILIÁRIOS:</p> <p>01 Mesa redonda c/ 04 cadeiras 02 mesas para computador c/ 02 cadeiras 01 Mesa para impressora 01 Armário Quadro melanímico (lousa branca)</p>	<p>MATERIAIS DIDÁTICO/ PEDAGÓGICO</p> <p>01 Material Dourado 01 Esquema Corporal 01 Bandinha Rítmica 01 Memória de Numerais 1 01 Tapete Alfabético Encaixado 01 Software Comunicação Alternativa 01 Sacolão Criativo Monta Tudo 01 Quebra Cabeças – sequencia lógica 01 Dominó de Associações de ideias 01 Dominó de Frases 01 Dominó de Animais em Libras 01 Dominó de Frutas em Libras 01 Dominó Tátil 01 Alfabeto em Braille 01 Kit de Lupas Manuais 01 Plano Inclinado – suporte para leitura 01 Memória Tátil</p>

Quadro 2 – Equipamentos existentes na Sala de Recursos Multifuncionais tipo I.

FONTE: MEC/SEESP, 2010.

TIPO II

Todos os recursos do Tipo I e ainda adiciona outros recursos de Tecnologia Assistiva e materiais, como:

- 01 Impressora Braille
- 01 Máquina de datilografia Braille
- 01 Reglete de mesa
- 01 Punção
- 01 Soroban
- 01 Guia de assinatura
- 01 Kit de desenho geométrico adaptado
- 01 Calculadora sonora
- Globo terrestre adaptado
- Software para produção de desenhos gráficos táteis e outros.

Quadro 3 – Equipamentos existentes na Sala de Recursos Multifuncionais tipo II
FONTE: MEC/SEESP, 2010.

Entende-se que com a implementação da Sala de Recursos Multifuncionais foi constituído uma medida estruturante para a consolidação de um sistema educacional inclusivo que elimine a discriminação e a segregação e que possibilite a garantia de uma, tão sonhada, educação de qualidade.

DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

A metodologia adotada por esse estudo foi a abordagem qualitativa e quando necessário, foram associados recursos quantitativos. O método qualitativo nos possibilita investigar a realidade de forma dinâmica através do raciocínio dialético utilizando a observação, o questionário e a entrevista para a análise dos dados. Como ressalta Fazenda (2008): “Pode-se dizer que os dados coletados por meio da pesquisa qualitativa, abrangem os sujeitos em suas especificidades, baseados no meio social em que vivem”, pois a mesma “exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BOGDAN; BILKLEN, 1994, p. 49).

Com a intenção de buscar concretizar os objetivos traçados, foi valorizada ao máximo a opinião dos sujeitos investigados como mina privilegiada de conhecimentos sobre a temática em questão. A abordagem qualitativa nos possibilitou captar, por meio dos discursos dos professores entrevistados, a opinião e a forma como é trabalhada a inclusão educacional desenvolvida com

educandos com Síndrome de Down nas salas de recursos Multifuncionais.

No primeiro momento, como meio de investigação utilizamos a pesquisa documental e bibliográfica. Como aconselha Lüdke e André (1986, p. 47), “relacionar as descobertas feitas durante o estudo com o que já existe na literatura é fundamental para que se possam tomar decisões mais seguras sobre as direções em que vale a pena concentrar o esforço e as atenções”.

Através da pesquisa documental, tivemos contato com documentos oficiais (resoluções) e documentos legais (Decretos e Leis nacionais e internacionais). E por meio da pesquisa bibliográfica, procuramos apanhar literaturas (livros, revistas, artigos, pesquisas) dos principais teóricos que trabalham com o tema da pesquisa. Nesse sentido, Marconi & Lakatos (1996, p. 24) afirmam que:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar duplicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar indagações.

Com o levantamento bibliográfico foi possível conhecer diversos teóricos e ainda, ter acesso a leis, declarações, ementas e constituições que antes eram desconhecidas.

Para a seleção dos participantes da pesquisa foi necessário um mapeamento das Salas de Recursos Multifuncionais da Rede Municipal de Manaus. Para isso, foi solicitado informações na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e na Gerência de Educação Especial. Com a disponibilização de alguns dados, foi possível realizar a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo foi desenvolvida em 2 (duas) escolas públicas, da Zona Oeste, da cidade de Manaus/Am, no período de 06 a 20 de Junho de 2012. Esse tipo de pesquisa foi escolhido por permitir compreender vários aspectos da sociedade, aquisição de informações/ ou conhecimentos acerca do problema pesquisado através do estudo de caso.

Através dele, procuramos conhecer a percepção dos professores que atuam na Sala de Recursos Multifuncionais sobre a questão da inclusão escolar das crianças com Síndrome de Down, com o intuito de coletar informações e opiniões diversas sobre o Atendimento Educacional Especializado realizado em cada escola, na tentativa de descrever como ela acontece com os alunos com SD.

Para isso, fizemos a aplicação de questionários com perguntas abertas (10) e fechadas (06). Esse questionário foi respondido por 2 (dois) professores, ambos responderam sozinhos sem

intromissões. Este método foi escolhido porque, segundo Gil (1991), ele permite que as pessoas o respondam no momento em que julgarem mais conveniente e garante o anonimato das respostas. Visto que os professores escolhidos não dispõem de muito tempo, por estarem sempre envolvidos em atividades com os alunos e por demonstrarem a preocupação de serem expostos.

O questionário utilizado estava composto por itens relativos aos professores (dados pessoais/profissionais), aos alunos com SD, ao processo de inclusão desenvolvida na escola e em relação à inclusão dos alunos com SD na comunidade escolar. Depois de realizada a coleta com todos os dados necessários, o material foi organizado sistematicamente, tendo por base as respostas contidas nos questionários devolvidos.

RESULTADOS FINAIS E DISCUSSÃO

Com a pesquisa, procuramos o aprofundamento teórico metodológico da área da pesquisa e o levantamento da legislação educacional pertinente à implantação das Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas regulares voltadas aos educandos com Síndrome de Down. O material estudado foi organizado e analisado, a partir da visão da inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais e do Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de recursos Multifuncionais, baseado na Constituição Federal (1988), Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (1996), Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), entre outros, que ressaltam o direito a diversidade em sala de aula, contribuindo para a valorização do indivíduo.

Porém, as dificuldades encontradas no decorrer do processo foram muitas. Uma delas foi quanto à falta de acervo bibliográfico relacionado ao tema da pesquisa na biblioteca da Universidade. Outra foi quanto à disponibilização dos dados referente às Salas de Recursos Multifuncionais na SEMED, o que ocasionou certa preocupação concernente à pesquisa de campo e aplicação dos questionários.

Para selecionar o lugar onde seria realizada a pesquisa, foi utilizada a listagem de escolas fornecida pela Secretaria Municipal de Manaus que atuavam com o Atendimento Educacional Especializado com crianças com Síndrome de Down.

Visto que o universo escolar é bastante amplo, foram escolhidas duas escolas da Zona Oeste de Manaus para a aplicação do questionário. Ambas estão situadas em bairros periféricos e atendem crianças do Ensino Infantil e Fundamental e possuem boa estrutura física. Apresentam realidades que lhes são próprias.

Tivemos a participação de dois professores, que serão identificados neste relato como “Professor A” e “Professor B”. Ambos atuam na Sala de Recursos Multifuncionais e lidam com educandos com Síndrome de Down. Os dois professores desde o primeiro momento cooperaram bastante, não se esquivaram de responder o questionário e houve até disponibilização de literaturas (revistas de inclusão) para ajudar no desenvolvimento teórico da pesquisa.

Após algumas visitas e conversas foi possível observar a dificuldade em trabalhar com essas crianças, visto que alguns pais não as levam diariamente a escola. E que na maioria dos casos, a inclusão educacional acontece como uma imposição da Secretaria de Educação, sem uma conversa e treinamento prévio.

Os tópicos a seguir abordarão os resultados da pesquisa mediante os objetivos propostos.

NÚMERO DE CRIANÇAS E O TIPO DE ATENDIMENTO RECEBIDO PELAS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS

Através de dados disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED – 2011), Manaus tem:

Escolas Municipais (área urbana, rodoviária e ribeirinha):	453
Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais:	30
Alunos atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais com Deficiências Diversas:	429

Quadro 4 – Relação da quantidade de Escolas, Salas de Recursos Multifuncionais e crianças atendidas.
Fonte: SEMED 2012

Pode-se observar que das 453 escolas existentes no município de Manaus, há apenas 30 escolas com SRMF realizando o Atendimento Educacional Especializado. Segue abaixo o gráfico

com a relação de SRMF por zona:



Figura 1 – Número de Sala de Recursos Multifuncionais divididos por zonas da cidade de Manaus.
Fonte: SEMED 2012

Com o levantamento dos alunos com deficiências diversas na rede regular de ensino, chegamos ao seguinte resultado: 429 alunos são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, divididos em 57 turmas. Segundo a Gerência de Educação Especial, esse número pode ser maior, pois existem escolas que não relatam a quantidade de alunos inclusos e a existência de SRMF.

Não conseguimos um número exato de alunos com Síndrome de Down incluídos, pois o setor de Estatística Municipal trabalha com as deficiências no geral, e não com tipos de deficiências isoladas.

Poucos alunos com necessidades educacionais especiais têm tido a oportunidade de frequentar salas de aula regulares e ter acesso as Salas de Recursos Multifuncionais, que é a complementação da formação recebida nas salas regulares. E mesmo quando esta oportunidade lhes é oferecida, as escolas ou os professores têm poucos (ou nenhum) recursos e conhecimento para garantir o sucesso e permanência desses alunos.

Na opinião dos docentes, a inclusão dos alunos com Síndrome de Down nas escolas regulares acontece “de forma lenta”. As crianças “ainda sofrem muito com o preconceito e a desinformação por parte de muitos colegas”. Um dos professores ressalta que “o problema não é trabalhar a inclusão com as crianças, e sim com os professores e outros profissionais que não aceitam as crianças com deficiências” e acrescenta que na escola em que trabalha “até a pedagoga

olha para as crianças com descaso”.

Faz-se necessário para o atendimento desses educandos, um ambiente com adaptações no que tange ao currículo, a formação dos profissionais “que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (BRASIL, 2008). Levando em consideração o que diz Martins (2008, p. 32):

[...] a inclusão dessas crianças na escola regular não é benéfica apenas para as mesmas. Pode ser percebida como uma via de mão-dupla: as crianças consideradas normais, ao conviverem em condições de igualdade com aquelas que apresentam déficits em alguma área, também sofrem influências que lhe serão benéficas. Aprendem que o mundo não é um lugar uniforme, onde todos são iguais; que tais pessoas – mesmo sendo consideradas diferentes – merecem respeito, amizade, afeto e, o que é mais importante, que existem muitas formas simples e acessíveis de ajudá-las em suas necessidades educacionais e na sua integração social. Enfim, crescerão mais tolerantes com as diferenças individuais, com uma visão mais realística, menos preconceituosa frente a esses indivíduos, deixando de lado barreiras psicológicas que só conduzem à estigmatização e à segregação dos mesmos.

É no Projeto Político Pedagógico que a escola se posiciona em relação a seu compromisso com uma educação de qualidade para todos os seus alunos. Não é o aluno que se adapta à escola, mas é ela que, consciente de sua função, coloca-se à disposição do aluno.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES QUE ATUAM JUNTO ÀS CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN

Conforme os dados coletados por meio dos questionários, através das questões fechadas, foi possível traçar um perfil dos docentes pesquisados, que pode ser observado pelo quadro abaixo:

Professor	Idade	Grau de Formação	Tempo de Magistério
A	34	Graduação com Licenciatura	15 anos
B	32	Pós-Graduação Lato sensu	12 anos

Quadro 5 – Dados dos professores participantes da pesquisa.

Os professores também responderam a questões abertas que tinham pontos importantes relacionados à prática docente, bem como sobre o dia-a-dia escolar com os educandos com Síndrome de Down.

Apesar de não possuírem o mesmo grau de formação, ambos consideram que o conhecimento recebido na formação de grau foi insatisfatório para o desenvolvimento de suas atividades teórico-metodológicas. Figueiredo (2009, p.141) postula que:

A formação inicial, bem como a formação continuada de professores visando a inclusão de todos os alunos e o acesso deles ao ensino superior, precisa levar em conta princípios de base que os instrumentalizem para a organização do ensino e a gestão da classe, bem como princípios éticos, políticos e filosóficos que permitam a esses profissionais compreenderem o papel deles e da escola frente ao desafio de formar uma nova geração capaz de responder às demandas do nosso século.

É de grande relevância o embasamento teórico-prático para a realização do atendimento inclusivo dos alunos com Síndrome de Down. E essa é uma preocupação presente no diálogo dos professores. Se sentem, muitas vezes, despreparados visto que não trabalham apenas com crianças com SD, mas também com deficiências diversas. Questionam sobre a falta de tempo para estudar e pesquisar mais a fundo a síndrome para assim elaborar as atividades e desenvolver um trabalho melhor. Optam em realizar atividades que funcionam pra todos ou quase todos, visto que “sempre fica um de fora”. O que foge do ideal proposto pela inclusão, e daí a necessidade de uma formação especializada, visto que esta além da execução inclui o planejamento, a seleção de atividades e a avaliação do aproveitamento dos alunos (BATISTA E MANTOAN, 2005, p. 27).

Foi possível notar na resposta de um docente a dificuldade ou falta de conhecimento específico sobre a conceituação da Síndrome de Down, ao responder que SD é “um retardo que pode ser solucionado com muita atenção por parte da sociedade no geral”. Quando perguntados se a Secretaria Municipal de Educação oferecia cursos de formação continuada para atender a demanda dos alunos com SD, eles responderam que há uma formação, mas não é específica para trabalhar com os educandos com SD e “não é suficiente para preencher a grande lacuna existente”. WERNECK postula que: “... a inclusão prega um ensino especializado no aluno e a experiência de um profissional da Educação Especial será decisiva nesse processo” (2000, pág.64).

Os professores contam com a ajuda dos profissionais do Complexo Municipal de Educação Especial, que disponibilizam um parecer multiprofissional com orientações e sugestões de atividades, também “visitam a escola dentro de um cronograma de atendimento, mas devido os

poucos profissionais ainda existe defasagem no atendimento”.

Acreditamos que os profissionais com larga experiência na área de E.E irão contribuir para com o processo de inclusão, compartilhando com os professores da rede regular de ensino, os seus conhecimentos e suas estratégias para lidar com a singularidade inerente ao comportamento de aluno com Síndrome de Down.

FORMA EM QUE É TRABALHADO O DESENVOLVIMENTO MOTOR, COGNITIVO, SOCIAL, DE FALA E DA LINGUAGEM, DESTACANDO O ATENDIMENTO PRESTADO A ATENÇÃO DIRIGIDA.

Buscaglia (1993) postulando sobre a inserção do educando com deficiência nas escolas regulares coloca que nenhuma criança poderá adentrar a sala de aula se o professor não estiver informado de seu problema específico e muito menos antes de elaboração e organização de um programa, “individualizado, corretivo e prescritivo”, para a adaptação dessa criança ao professor e ao restante da turma.

Acreditamos que ao incluir um aluno com deficiência intelectual na escola estamos exigindo da instituição novos posicionamentos diante dos processos de ensino e de aprendizagem, a luz de concepções e práticas pedagógicas mais evoluídas e uma mudança de atitude face à avaliação dos alunos, à promoção por séries e níveis de ensino mais avançados (MANTOAN, 2000, pág.94).

Dessa forma os professores que atuarão diretamente com educandos com Síndrome de Down necessitam de todo um conhecimento tanto nos aspectos legais como nos aspectos teóricos e metodológicos, para saberem como atuar diante de situações difíceis que passam a acontecer no dia a dia de sua sala de aula.

Referindo-se ao aspecto legal de formação do educador que irá trabalhar com crianças com deficiência na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional 9394/96, Art.59, Inciso III está grafado o seguinte: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Embora as recomendações legais desemboquem em um discurso que se aproxima do ideal, a realidade das escolas investigadas é bem diferente, pois na escola em que trabalha o Professor A, o

critério utilizado para a escolha de um profissional para atuar na SRMF foi a paciência, pois nenhum professor tinha a especialização exigida. Já o Professor B, foi selecionado por ter especialização.

Nos depoimentos de A e B em nenhum momento se verbaliza referência às recomendações legais para a atuação junto ao educando com Síndrome de Down. Ambos dizem que conhecem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, porém falam sobre ela superficialmente e o Professor A relata que “é preciso mais informações”. O que fica bem claro é uma atuação calcada no empirismo no que prevalece a boa vontade, bom senso e até uma certa pitada de loteria, como se essa situação de ensino/aprendizagem fosse um jogo no qual o educando com Síndrome de Down estaria sujeito a ter seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social atrelado à sensibilidade do professor.

Concordamos com Fonseca quando este coloca que a educação oferecida ao aluno com deficiência deve ser ministrada por pessoas altamente capacitadas, subsidiados por uma equipe capaz de oferecer suporte técnico sempre que necessário, caso contrário, corre-se o risco de marcar de forma negativa o desenvolvimento desse educando.

“A educação Especial não pode continuar a ser refúgio dos professores menos qualificados. Para a E.E deverão ser recrutados os professores e os técnicos mais competentes científica e pedagogicamente, na medida em que lhes vão ser exigidas capacidades para dar resposta às complexas necessidades, nomeadamente as seguintes: diagnóstico; planeamento curricular; metodologia pedagógica; competência técnica na utilização de vários processos de informação – administração; consulta que lida com problemas educacionais, ocupacionais, vocacionais, sociais e pessoais; envolvimento pessoal e tolerância; relações públicas a fim de trabalhar em grupo com as autoridades e serviços e atender os pais. Etc.”.

(FONSECA, 1995, Pág 107).

A capacitação e a conscientização do professor sobre a relevância de seu papel no processo de inclusão dos educandos com Síndrome de Down junto aos seus pares sem deficiência é que determinará o sucesso ou o fracasso do seu desenvolvimento motor, cognitivo, social, de fala, de linguagem, até porque, para que se efetive um trabalho de qualidade é preciso o conhecimento de técnicas as quais se possa recorrer para uma adequação curricular que supra as dificuldades que poderão ocorrer ao longo do processo educativo.

Escrevendo sobre a capacitação dos professores para atuarem junto aos educandos especiais, Goffredo (1999, p.68) coloca que:

Tanto na Educação Infantil quanto na educação fundamental, a meta principal é satisfazer as necessidades específicas de aprendizagem de cada criança, incentivando a criança a aprender e desenvolver seu potencial, a partir de sua realidade particular. Isso requer por parte dos professores, maior sensibilidade e pensamento crítico a respeito de sua prática pedagógica. Esta prática pedagógica deve ter como objetivo a autonomia intelectual, moral e social de seus alunos.

Assim, os cursos de formação de professores devem ter como finalidade, no que se refere aos futuros professores, à criação de uma consciência crítica sobre a realidade que eles vão trabalhar.

Diante desse desafio que é educar uma criança com S.D, é importante que o corpo docente da escola regular de ensino seja capacitado para uma atuação competente junto a esse educando, tendo em vista a particularidade que lhe é inerente.

Para Carvalho (1999, p.118) “a vivência escolar tem mostrado que a inclusão pode ser favorecida quando se observar as seguintes providências: preparação e dedicação dos professores: apoio especializado para os que necessitam; e a realização de adaptações curriculares e de acesso ao currículo”.

Acreditamos que o professor precisa ter conhecimentos teóricos e práticas para lidar de maneira em que prevaleça a competência diante do novo, nesse caso específico a criança com Síndrome de Down.

CONCLUSÃO

No desenvolvimento desse estudo buscou-se abordar o que foi a priori estabelecido nos objetivos e justificativa. Nossa visão de inclusão estava pautada nas recomendações legais sobre o processo de inclusão e arguições de autores como: Mantoan, Carvalho, Fávero, Batista, Freitas, Machado, Schwartzman entre outros.

Na presente conclusão quer se ratificar a contribuição escolar para o processo de inclusão da criança com S.D e, conseqüentemente, para o sucesso de sua inclusão em todos os segmentos da

4	Questionários junto aos professores atuantes nas salas com os educandos com Síndrome de Down.							X	X				
5	Produção de textos científicos com os resultados parciais da pesquisa				X	X	X	X	X	X			
6	Elaboração do Resumo e Relatório Final									X	X		
7	Preparação da Apresentação Final para o Congresso										X	X	

REFERÊNCIAS

- BATISTA, Cristina A. M.; MANTOAN, Maria Teresa E. Educação Inclusiva: **Atendimento Educacional Especializado para a deficiência mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em Educação**: fundamentos, métodos e técnicas. In: *Investigação qualitativa em educação*. Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRASIL, MEC/SEESP. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**, 2010.
- _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Plano de Ação para Satisfazer as NECESSIDADES básicas de Aprendizagem**. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.
- _____. **Decreto Nº 6.571, de 17 de setembro de 2008**. MEC/SEESP. 2008.
- _____. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MEC/UNESCO, 1994.
- _____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961.
- _____. Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009. **Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado**. Brasília: MEC/SEESP.
- _____. Senado Federal. **Constituição Federal de 1988**.
- BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. 2 edição. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CARNEIRO, Maria Sylvia Cardoso. **Adultos com Síndrome de Down: A deficiência mental como produção social**. Campinas, SP: Papyrus, 2008. – (Série Educação Especial)
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

_____, Rosita Edler. **Integração e Inclusão: do que estamos falando?** In: MEC: Salto para o Futuro. **Educação Especial: Tendências Atuais:** Brasília, 1999.

FÁVERO, Eugênia A.G. **Direito à educação das pessoas com deficiência.** In: Revista de Estudos Jurídicos, Brasília, n. 26, jul./set. 2004.

FONSECA, Vitor da. **Educação Especial: Programa de estimulação Precoce – Uma introdução às ideias de Feuerstein.** 2 edição. Porto Alegre: Artes Médicas, Sul, 1995.

FOREST, Marsha; PEARPOINT, Jack. **Inclusão: um panorama maior.** In. MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, Editora SENAC, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Desigualdades Sociais e Diversidade Cultural na Infância e na Juventude.** São Paulo: Cortez, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFREDO, Vera L.F.S. de. **Educação: direito de todos os brasileiros.** In: MEC: Salto para o Futuro. **Educação Especial: Tendências Atuais.** Brasília, 1999.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de Educação e Ensino)

MACHADO, Roângela. **Salas de Recursos Multifuncionais: Espaço e organização do Atendimento Educacional Especializado.** In: MEC: **Inclusão-** Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____, Rosângela. **Educação Especial na Escola Inclusiva: Políticas, Paradigmas e Práticas.** São Paulo: Editora Cortez, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, Editora SENAC, 1997.

_____, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O quê? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____, Maria Teresa Eglér. **O Atendimento Educacional Especializado na Educação Inclusiva.** In: MEC: **Inclusão-** Revista da Educação Especial. Secretaria de Educação Especial, 2010.

_____, Maria Teresa Eglér. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** In: Revista de Estudos Jurídicos. Brasília, n. 26, jul./set. 2004.

_____, Maria Teresa Eglér. **Ser ou Estar, eis a questão: explicando o déficit intelectual.** 2

edição. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas; Amostras e técnicas de pesquisa e Elaboração, análise e interpretação de dados.** 3 ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1996.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. **A inclusão escolar do aluno com Síndrome de Down: o que pensam os educadores?** Natal, RN: EDUFRN, 2008.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MILLS, Nancy Derwood. A Educação da Criança com Síndrome de Down. In: SCHWARTZMAN, José Salomão et al. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

MORENO, Garcia. **Síndrome de Down: um problema maravilhoso.** Brasília: CORDE, 1996.

OLIVEIRA, Luzia de Fátima Medeiros de. **Formação docente na escola inclusiva: diálogo como fio tecedor.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2009.

SCHWARTZMAN, José Salomão, GOLLOP, T. R, ASSUMPÇÃO, F. ET al. **Síndrome de Down.** São Paulo: Mackenzie: Memnon, 1999.

UNESCO. **Marco de Ação de Dakar.** França: UNESCO, 2000.

WERNECK, Cláudia. **Quero educar meu filho com Síndrome de Down.** Rio de Janeiro: WVA, 1995.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOPEDAGOGIA DIFERENCIAL

ANEXO A Questionário

I - Dados Gerais

Escola: _____

Professor (a): _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____ Estado Civil: _____

Tempo de Magistério: _____

Disciplina Lecionada: _____

Senhor (a) Professor (a):

A proposta de efetivar-se esta pesquisa tem por objetivo: Identificar a visão e a organização pedagógica e física das escolas municipais frente ao processo de inclusão do aluno com Síndrome de Down. Seu desempenho em Salas de Recursos Multifuncionais e dados referentes à educação inclusiva seguramente contribuirá para a realização de nosso estudo. Desta maneira, convidamos o (a) senhor (a) a responder o questionário a seguir.

II – Formação de Grau

a) **Escolaridade**

() 2º Grau incompleto

() 2º Grau completo (formação de professores)

() Estudos adicionais

() Licenciatura curta

() Licenciatura plena

() Graduação sem licenciatura

() Graduação com licenciatura

Pós – Graduação Lato Sensu

Mestrado

Doutorado

Outros cursos: _____

b) Considera que o conhecimento recebido em sua formação de grau foi satisfatório para o desenvolvimento de suas atividades teórico-metodológicos?

Sim

Não

Articula teoria com prática?

Sim

Não

Explique:

III – Formação permanente (as ideias, as experiências, organização pedagógica, expectativas).

1) Você já teve experiência com alunos com algum tipo de necessidade especial?

Sim

Não

Como foi?

2) Para você, o que é Síndrome de Down?

3) Na sua concepção, o que é Educação Inclusiva?

4) Na escola em que trabalha você conhece o diagnóstico clínico do seu aluno com Síndrome de Down?

Sim Não

Comente:

5) Como é realizada a observação da participação desses alunos nas atividades escolhidas?

6) De que modo você avalia a inclusão desses alunos na escola de ensino regular? Justifique.

7) Em sua opinião, esses discentes estão, realmente, inclusos nessa escola?

Sim Não

Comente:

8) Está ocorrendo a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com Síndrome de Down?

Sim Não

Comente:

9) Você conhece a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva?

Sim Não

Comente:

10) A SEMED tem oferecido cursos de formação continuada para atender a demanda dos alunos com Síndrome de Down?

Sim Não

Comente:

11) A escola dispõe de recursos educacionais para a acessibilidade incluindo livros didáticos, recursos tecnológicos, material especializado?

Sim Não

12) Quais são as maiores dificuldades para realizar a inclusão dos alunos com Síndrome de Down? Comente.

13) Quais sentimentos os alunos com Síndrome de Down te despertam? Comente.

14) A escola é competente em sua estrutura física para o recebimento de alunos com Síndrome de Down?

Sim Não

Comente:

15) O currículo da escola contempla a inclusão educacional?

Sim Não

Comente:

16) Há uma troca de experiências entre os docentes da sala regular e da Sala de Recursos Multifuncionais sobre procedimentos de ensino aos discentes com necessidade educacionais especiais?

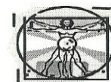
Frequente Raramente Nunca

Comente:

ANEXO B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP/UFAM



PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas aprovou, em reunião ordinária realizada nesta data, por unanimidade de votos, o Projeto de Pesquisa protocolado no CEP/UFAM com CAAE nº. 0193.0.115.000-11, intitulado: **“POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA: O ATENDIMENTO DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN EM SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS NA REDE MUNICIPAL DE MANAUS”**, tendo como Pesquisadora Responsável Maria Almerinda de Souza Matos.

Sala de Reunião da Escola de Enfermagem de Manaus – EEM da Universidade Federal do Amazonas, em Manaus/Amazonas, 11 de maio 2011.

Prof. MSc. Plínio José Cavalcante Monteiro
Coordenador CEP/UFAM

ANEXO C

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOPEDAGOGIA DIFERENCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As informações que seguem estão sendo fornecidas para sua participação voluntária nesta pesquisa, cujos objetivos são: Investigar o número de crianças e o tipo de atendimento recebido pelas crianças com Síndrome de Down na rede municipal de Manaus, bem como, identificar a formação profissional dos professores que atuam junto às crianças com Síndrome de Down, e ainda, conhecer de que forma é trabalhado o desenvolvimento motor, cognitivo, social, de fala e da linguagem destacando o atendimento prestado a atenção dirigida e afetividade. O presente estudo é orientado pela professora doutora Maria Almerinda de Souza Matos e terá participação efetiva pela aluna da graduação em Pedagogia, 7º período Aline Souza de Almeida.

A pesquisa segue abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa serão os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais com os educandos com Síndrome de Down nas escolas comuns da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O instrumento utilizado para coleta dos dados será um questionário entregue aos docentes, estabelecendo um prazo de vinte e cinco dias (25) para serem devolvidos. Após o vencimento do prazo estipulado, todos os professores serão visitados para fazerem a devolução dos questionários. Assim como o Senhor (a) terá todo o direito de desistir de sua participação.

Após a coleta de dados o material será organizado, tendo por base as respostas contidas nos questionários devolvidos.

A orientadora — pesquisadora garante que não há riscos de qualquer natureza para os participantes desta. Em qualquer etapa do estudo o pesquisador responsável estará disponível para esclarecimento de eventuais dúvidas. Os pesquisadores Maria Almerinda de Souza Matos e Aline Souza de Almeida que podem ser contactados no endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Coroado / FACED - Campus, Universidade Federal do Amazonas - Manaus - AM, fone: (092) 3305-4611 e do -

email profalmerinda@hotmail.com É garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as dos demais participantes, não sendo divulgada a identificação dos mesmos. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. As pesquisadoras se comprometem a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, sem desconfortos e riscos, às garantias de confidencialidade e de esclarecimento - Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a mesma, sem penalidades ou prejuízos.

Paula Costa

Participante

Data: 11/06/22

Alina Souza de Almeida

Pesquisador (a)

Data: 11/06/22

ANEXO D

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE TEORIA E FUNDAMENTOS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOPEDAGOGIA DIFERENCIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

As informações que seguem estão sendo fornecidas para sua participação voluntária nesta pesquisa, cujos objetivos são: Investigar o número de crianças e o tipo de atendimento recebido pelas crianças com Síndrome de Down na rede municipal de Manaus, bem como, identificar a formação profissional dos professores que atuam junto às crianças com Síndrome de Down, e ainda, conhecer de que forma é trabalhado o desenvolvimento motor, cognitivo, social, de fala e da linguagem destacando o atendimento prestado a atenção dirigida e afetividade. O presente estudo é orientado pela professora doutora **Maria Almerinda de Souza Matos** e terá participação efetiva pela aluna da graduação em Pedagogia, 7º período **Aline Souza de Almeida**.

A pesquisa segue abordagem qualitativa. Os sujeitos da pesquisa serão os professores que atuam nas salas de recursos multifuncionais com os educandos com Síndrome de Down nas escolas comuns da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). O instrumento utilizado para coleta dos dados será um questionário entregue aos docentes, estabelecendo um prazo de vinte e cinco dias (25) para serem devolvidos. Após o vencimento do prazo estipulado, todos os professores serão visitados para fazerem a devolução dos questionários. Assim como o Senhor (a) terá todo o direito de desistir de sua participação.

Após a coleta de dados o material será organizado, tendo por base as respostas contidas nos questionários devolvidos.

A orientadora — pesquisadora garante que não há riscos de qualquer natureza para os participantes desta. Em qualquer etapa do estudo o pesquisador responsável estará disponível para esclarecimento de eventuais dúvidas. Os pesquisadores **Maria Almerinda de Souza Matos** e **Aline Souza de Almeida** que podem ser contactados no endereço: Av. General Rodrigo Octávio, 3000, Coroado / FACED - Campus, Universidade Federal do Amazonas - Manaus - AM, fone: (092) 3305-4611 e do -

email profalmerinda@hotmail.com E garantida a liberdade da retirada do consentimento a qualquer momento e de deixar de participar do estudo.

As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as dos demais participantes, não sendo divulgada a identificação dos mesmos. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação. As pesquisadoras se comprometem a utilizar os dados coletados somente para esta pesquisa.

Acredito ter sido suficientemente informado (a) a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, sem desconfortos e riscos, às garantias de confidencialidade e de esclarecimento - Concordo voluntariamente em participar desta pesquisa e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante a mesma, sem penalidades ou prejuízos.

Ivan Porto de Araújo

Participante

Data: 06/06/12

Almeida Souza de Almeida

Pesquisador (a)

Data: 06/06/12